Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto]

PETIÇÃO N.º 418/XII/3.ª

Contra o Encerramento da Repartição de Finanças de Grândola.

Dia: 12 de junho de 2014

1.º Peticionários: Câmara Municipal de Grândola, Assembleia Municipal de Grândola, Junta de Freguesia de Carvalhal, Junta de Freguesia de Grândola, Junta de Freguesia de Melides, Junta de Freguesia de Santa Margarida da Serra e Junta de Freguesia de Azinheira de Barros e São Mamede de Sádão

Recebidos por: Deputado Cristóvão Crespo (PSD) – Relator da petição.

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), relator da Petição, deu as boas-vindas aos representantes dos subscritores da Petição em apreciação, nas pessoas dos autarcas do concelho de Grândola, saudando a iniciativa cívica e dando nota do modo de condução dos trabalhos, após o que deu a palavra aos Peticionários para uma intervenção.

O presidente da Câmara Municipal de Grândola, em representação dos peticionários, efetuou uma alocução inicial, reiterando o objeto da Petição e recordando o pedido do seu agendamento em Plenário, apesar de esta não atingir os 4.000 subscritores.

Em particular, o autarca sublinhou a importância daquele serviço público no concelho e a sua capacidade de captação de receitas, bem como as especificidades do concelho: território alargado, população envelhecida e nem sempre tecnologicamente incluída, diversos projetos de investimento previstos – no pressuposto da existência de

um conjunto de serviços públicos e infraestruturas no concelho – cuja concretização pode estar em risco. Foi ainda questionado o destino dos funcionários públicos que prestam serviço no referido serviço de finanças. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia subscreveram a intervenção anterior.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) deu nota do acompanhamento permanente que a Assembleia da República tem feito sobre o problema em apreço, nomeadamente no contexto da apreciação de petições semelhantes, sublinhando a sensibilidade e importância da questão, que atravessa o território do país, e dando nota sobre as iniciativas do Governo sobre esta matéria, nomeadamente o programa APROXIMAR, que pretende minorar os efeitos do Memorando de Entendimento através de uma abordagem de racionalização dos serviços públicos. O relator informou, ainda, que proporia no seu relatório que a Petição em apreço seja apreciada em Sessão Plenária.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) agradeceu os esclarecimentos e informações adicionais prestados pelos subscritores da Petição, após o que encerrou a audição e deu por concluídos os trabalhos, agradecendo aos peticionários.

Diversas informações sobre a audição podem ser encontradas na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 24 de setembro de 2014

O Deputado Relator

Cristóvão Crespo